

RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.159 - AL (2016/0280214-3)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **SINDIFISCO SIND DOS FUNCIONARIO DO GRUPO OCUPACIONAL DE AUDITORES DO TESOIRO ESTADUAL**
ADVOGADOS : **DANIEL CONDE BARROS E OUTRO(S) - AL005860**
 SÉRGIO LUDMER - PE021485
RECORRIDO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo SINDIFISCO - SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO OCUPACIONAL DE AUDITORES DO TESOIRO ESTADUAL, com base na alínea **a** do art. 105, III, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO 28,86% SOBRE RAV. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Agravo Instrumento manejado pelo particular em face da decisão que fixou o valor dos honorários advocatícios em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) interposto em face de decisão proferida antes da vigência do novo CPC/2015. Honorários sucumbenciais devem ser arbitrados na forma da legislação processual vigente à época em que prolatada a sentença (CPC/1973).

3. Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários advocatícios não está adstrita aos limites percentuais 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), podendo ser como base de cálculo o valor dado à Causa ou a condenação, nos termos do art. 20, parágrafo 4º, CPC/1973, ou mesmo um valor fixo, segundo critério de equidade. Execução de título judicial, oriundo de ação coletiva, onde foram fixados honorários em 10% (dez por cento sobre o valor da condenação, não se podendo, pois, inferir que nesta fase, arbitrar os honorários em R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) seria aviltante ao exercício da advocacia. Agravo de Instrumento improvido" (fl. 52e)

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"PROCESSUAL CIVIL _ AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, EXECUÇÃO DE TÍTULO

JUDICIAL. 28,86% SOBRE RAV HONORÁRIOS, MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Embargos de Declaração opostos pelo Sindicato agravante ao argumento de que o acórdão incorreu em omissão e contradição quanto dos critérios adotados para a fixação dos honorários advocatícios em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2. Recurso, interposto em face de decisão proferida antes da vigência do novo CPC/2015, Honorários sucumbenciais de devem ser arbitrados na forma da legislação processual vigente à época em que prolatada à sentença (CPC/1973).O acórdão embargado deixou claro que vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários, não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de calculo o valor dado à causa ou a condenação, nos termos do art. 20, §4º, do CPC/1973, ou mesmo, um valor fixo, consoante apreciação equitativa do juiz. Entendimento este inclusive consolidado pelo STJ no REsp 1.155.125/MG, submetido ao regime dos recursos repetitivos.

4. Execução de título judicial oriunda de ação coletiva, onde foram fixados honorarios em 10% sobre o valor da condenação, e em cujos Embargos a Execução foram fixados a favor dos Exequentes, em 1% sobre a diferença apurada, de sorte que não se pode inferir que a fixação nesta fase, em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), seria aviltante ao exercício da advocacia.Embargos de Declaração improvidos" (fls. 94/95e).

Em seu Recurso Especial, a recorrente alega ofensa ao arts. 20, §§ 3º e 4º, 458, II e 535, I e II, do CPC/73 , sustentando o seguinte:

"5. Ocorre que, ao apreciar o requerimento em comento, a Egrégia Terceira Turma, embora tenha reconhecido o cabimento da fixação da verba honorária, entendeu por arbitrar os honorários em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia distinta da pleiteada pelos Agravantes, distinta também da fixada em casos análogos ao presente e em total descompasso com os critérios descritos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 20 do CPC do 1973.

6. Perplexos os Agravantes interpuseram Embargos de Declaração nos quais evidenciaram descompasso entre o valor quantificado e o trabalho desenvolvido, a complexidade da causa, o lugar de desempenho e o tempo necessário. Entretanto, mesmo diante de provocação específica, quedou-se, com todas as vênias, inerte a

Egrégia 3a Turma deixando de apreciar os vícios apontados no acórdão.

7. Ademais o acórdão atacado apresenta flagrante violação aos parágrafos 3º e 4º do artigo 20 do Digesto Processual Civil de 1973 (art. 85, §§2º e 8º do novo CPC), vez que desconsiderou os critérios definidores de sua quantificação, e arbitrou os honorários advocatícios em patamar considerado irrisório se comparado ao valor da causa e ao trabalho desenvolvido o que permite a interposição do presente Recurso Extremo, ante o permissivo constitucional previsto no Art. 105, III, a de nossa Constituição Federal.

(...)

(iii) da nulidade do acórdão recorrido, ante as obscuridades contradições havidas

8. Considerando questão decisiva ao preciso julgamento da causa, os Recorrentes opuseram Embargos Declaratórios a fim de que fossem sanadas obscuridades/contradições havidas no Acórdão recorrido, nos termos do disposto nos artigos 458, inciso II, e 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 1973.

(...)

11. Sendo assim, imperioso é o provimento do presente Recurso Especial, no sentido de a Colenda Turma do Superior Tribunal de Justiça declarar nulo o Acórdão recorrido e, via de consequência, determinar que o órgão julgador a quo proceda a novo julgamento do Agravo de Instrumento, pronunciando-se expressamente acerca das contradições/obscuridades suscitadas e assim integre e reforme o Acórdão atacado fixando os honorários em percentual que melhor se coadune com a realidade do caso.

(v) da necessidade de majoração dos honorários de sucumbência fixados pelo v. Acórdão

Da ofensa aos §3º do art. 20 do CPC. da quantia irrisória (Constituição Federal, artigo 105, inciso III, alínea "a").

12. Conforme antedito, a Egrégia Terceira Turma, embora tenha reconhecido o cabimento da fixação da verba honorária, entendeu por arbitrar os honorários em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia distinta da pleiteada pelos Agravantes, distinta também da fixada em casos análogos ao presente e em total descompasso com os critérios descritos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 20 do CPC de 1973. O argumento deduzido na decisão recorrida foi o fato de se tratar de processos que versam sobre o reajuste de 28,86%, oriundo da Lei 8.627/93, matéria, segundo as decisões agravadas, que seria "de fácil deslinde", daí, porque, não exigiu "dilação probatória e nem grandes

intervenções e/ou esforços de argumentação do douto Causídico para a solução do conflito".

14. Necessário se faz a majoração da verba honorária, isso porque, o trabalho desenvolvido pelos patronos deu-se de forma diligente, desde o nascedouro da fase executiva passando pelos embargos a execução e em alguns casos culminando em ações rescisórias, sendo o quantum arbitrado irrisório, para não se dizer aviltante.

(...)

17. Portanto, permissa venia, deixou de levar em consideração a decisão recorrida que:

(a) os processos de execução tramitam há mais de 14 (quatorze) anos e o efetivo direito ao recebimento dos créditos por cada um dos servidores representados pelo Agravante decorreu do enfrentamento de complexas e verdadeiras dilações probatórias e instrutórias, perante os juízos executivos em milhares de ações de execução;

(b) atuaram nas execuções dezenas de advogados, dentre eles os sócios dos escritórios PIZA DE MELO E PRIMEIRANO NETTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES, ARRUDA ALVIM E THEREZA ALVIM ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA, MARTORELLI ADVOGADOS e outros;

(c) o trabalho desenvolvido, haja vista a própria complexidade da coisa julgada exequenda que imputou à fase de liquidação a verdadeira verificação da pertinência do pedido de reajuste, ou não, a depender das circunstâncias concretas individuais, enfrentou, e vem enfrentando, todos os manejos opostos pela União Federal, que vão de Embargos à Execução a, mesmo confirmada a perícia, impugnação a cálculos de liquidação, sucessivos Agravos de Instrumentos, dentre outros;

(d) a atuação tem se dado em três instâncias (Justiça Federal; TRF5. Região; e STJ/STF), em três distintas unidades da Federação, quais sejam: Alagoas, Pernambuco e Distrito Federal;

(e) só depois de uma longa tramitação dos processos de execução, com realização de perícias contábeis individualizadas, interposição de agravos, dentre outros incidentes processuais, as decisões proferidas em solução aos embargos à execução foram, na maior parte, favoráveis aos Auditores -Fiscais; e,

(f) a sucumbência ora perseguida é em nome do SINDIFISCO NACIONAL, exatamente para ressarcir todas as despesas que

patrocinou nas execuções em favor de seus filiados, arcando com remuneração de pareceristas, consultores jurídicos externos, escritórios de advocacia, peritos, assistente técnicos, além de toda a equipe interna do jurídico.

19. Claro está, pois toda a dificuldade e percalços no longo trâmite processual de mais de 14 (quatorze) anos. A singela menção de, no caso dos autos, haveria "matéria de fácil deslinde, não tendo exigido dilação probatória e nem grandes esforços" não é fundamentação hábil para corroborar o irrisório valor arbitrado.

20. Diga-se mais: não há verificação específica de todos os atos realizados. Na longa descrição acima, como também ao perceber-se que se trata de um caso envolvendo a aplicação do reajuste dos 28,86% sobre a RAV, o que por si só é suficiente para depreender a dificuldade da matéria, que apenas foi reconhecida por este Tribunal da Cidadania.

21. Em situações similares, este Colendo Superior Tribunal de Justiça, já reconhece a possibilidade de majorar verba honorária, em grau de recurso especial, quando fixados em patamares irrisórios.

(...)

27. Cumpre registrar, ainda, ad argumentandum tantum, que o valor arbitrado é inferior a aproximadamente 0,09% (zero vírgula zero nove por cento), sobre o crédito exequendo.

28. Ou seja, é ÍNFIMO e IRRISÓRIO.

Desmerece o trabalho de todos os advogados que atuaram nos processos.

29. Mesmo não estando o Juízo adstrito a fixar entre os percentuais de 10 a 20%, em se tratando da Fazenda Pública, o valor ora fixado está evidentemente aquém de qualquer razoabilidade. Se dividíssemos, por exemplo, o valor fixado pelos anos de tramitação, teríamos menos de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por ano de trabalho desenvolvido.

30. A irrisoridade fala por si só.

31. Nesse trilhar, a majoração de tal valor é não só legítima, mas justa, ante todo o trabalho desenvolvido até a obtenção da decisão favorável e todo o trabalho que ainda se desenvolverá nos novos recursos interpostos pela União.

32. Assim sendo, a fixação da verba honorária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mostra-se em absoluto descompasso com os critérios estabelecidos nas alíneas a, b e c do §3º do artigo 20 do CPC" (fls. 283/292e).

Com contrarrazões (fls. 118/124e), o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 133e).

Inicialmente, Em relação aos arts. 458 e 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto aos honorários, o Tribunal de origem, manifestou-se nos seguintes termos:

"No caso em exame, a verba honoraria deve ser fixa conforme a regra do § 4º, do artigo 20, do CPC de 73, já que foi vencida á Fazenda Nacional, sendo então permitido ao julgador arbitrar os honorarios consoante seu conceito de, equidade, Observados, para tanto o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para. o seu serviço.

O § 4º do artigo 20 do CPC/73, autoriza a fixação equitativa dos honorários advocatícios pelo Juiz, nas causas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, e a natureza da causa, deve haver assim, por parte do magistrado, uma ponderação, considerando-se os citados critérios objetivos, de modo que a verba não seja aviltante ao exercício do mister advocatício, nem excessiva a constituir ônus sobremodo gravoso em desfavor da parte contrária.

Portanto, caso a a caso, o julgador determinará, examinando as peculiaridades e grau de dificuldade do feito, a verba honorária que reputar devida.

Cumprе ressaltar que se cuidam os autos de execução de título judicial, oriundo da ação coletiva, onde foram fixados honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação não se podendo, pois, inferir se nesta fase, arbitrar os honorários em 5.000,00 (cinco mil reais) seria aviltante ao exercício da advocacia.

Dessa forma a luz dos princípios da ponderação e razoabilidade penso que os honorários advocatícios devem ser mantidos conforme definido na sentença" (fl. 50e).

Na forma da jurisprudência do STJ, "no que diz respeito à possibilidade de modificação, em Recurso Especial, dos honorários advocatícios fixados nas instâncias de origem: a) a regra é a aplicação da Súmula 7/STJ; b) excepcionalmente, afasta-se o óbice sumular quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo, o que somente pode ser feito quando o Tribunal *a quo* expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC; e c) o valor da causa, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do *quantum* como ínfimo ou abusivo" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1.451.336/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 1º/07/2015).

Portanto, em situações excepcionalíssimas, esta Corte afasta a Súmula 7/STJ, para exercer juízo de valor sobre o **quantum** fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes. Para isso, indispensável, todavia, que tenham sido delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73.

In casu, sem deixar delineadas, no acórdão recorrido, especificamente em relação ao caso concreto, todas as circunstâncias previstas nas alíneas **a**, **b** e **c** do § 3º do art. 20 do CPC/73 – **a**) o grau de zelo do profissional; **b**) o lugar de prestação do serviço; **c**) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço –, o Tribunal de origem decidiu que "a luz dos princípios da ponderação e razoabilidade penso que os honorários advocatícios devem ser mantidos conforme definido na sentença" (fl. 50e).

Tal contexto não autoriza a redução de honorários pretendida, de maneira que não há como acolher a pretensão da parte recorrente, incidindo, na espécie, a Súmula 7/STJ, o que inviabiliza o conhecimento do Recurso Especial, no ponto.

Outrossim, a Corte de origem ao analisar a controvérsia, também asseverou que "cuidam os autos de execução de título judicial, oriundo da ação coletiva, onde foram fixados honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação não se podendo, pois, inferir se nesta fase, arbitrar os honorários em 5.000,00 (cinco mil reais) seria aviltante ao exercício da advocacia" (fl. 50).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, conheço em parte do Recurso Especial (quanto aos arts. 458 e 535 do CPC/73) e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora